



## SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO AMAZONAS – SEFAZ-AM

TARDE

# AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DO TESOURO ESTADUAL

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.
- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

## Língua Portuguesa

1

Assinale a opção que mostra uma **impropriedade** léxica, ou seja, o emprego inadequado de uma palavra.

- (A) O policial recebeu um bônus pelo ato corajoso que cometeu.
- (B) O delegado elucidou os crimes em tempo recorde.
- (C) O casal comprou uma casa graças ao prêmio da loteria.
- (D) Ao invés de descansar, os operários voltaram logo ao trabalho.
- (E) Os turistas sentiram a queda da temperatura na montanha.

2

Em todas as frases a seguir há um vocábulo sublinhado; para esse vocábulo foi proposta uma substituição por outro de mesmo sentido básico.

Assinale a opção que indica a frase em que a substituição proposta está adequada, por representar algo de mesmo sentido.

- (A) Algumas pessoas estão vivas apenas porque é **criminoso** matá-las. / *cruel*
- (B) Todos os gêneros são bons, menos o gênero **chato**. / *enfadonho*
- (C) Duas coisas indicam **debilidade** – calar-se e falar quando é preciso calar. / *ousadia*
- (D) Espírito é insolência **polida**. / *atrevida*
- (E) Nem todo **abastado** vive como tal. / *miserável*

3

Leia com atenção a frase a seguir.

*Nunca houve criança tão amável que a própria mãe não ficasse satisfeita ao conseguir adormecê-la.*

Sobre seus termos ou significados, assinale a opção que apresenta a observação correta.

- (A) “Nunca houveram crianças” seria a forma correta do plural do segmento inicial da frase.
- (B) O vocábulo “própria” não é redundante na frase, indicando posse.
- (C) A segunda oração do período mostra uma consequência do que é dito anteriormente.
- (D) “ao conseguir” equivale a “caso consiga”.
- (E) O pronome “la”, no final do segmento, se refere a “mãe”.

4

Assinale a opção que indica a frase que mostra **ambiguidade**.

- (A) Quem dorme como bebê não tem bebê em casa.
- (B) Um filho é um bom credor dado ao pai pela natureza.
- (C) Crianças são um grande conforto durante a velhice... e ainda ajudam você a chegar nesta fase mais rápido.
- (D) Alguma coisa tem que ser feita pela humanidade sem visar lucro.
- (E) Uma sociedade que odeia seus jovens não tem futuro promissor.

5

Assinale a opção que indica a frase em que a preposição **de** é parte de um complemento e não de um adjunto.

- (A) A mulher fala sempre **de** sua idade, mas não a diz nunca.
- (B) São muitos os que precisam **de** dinheiro.
- (C) Esse mundo é o grande **atelier de** um escultor.
- (D) O homem, nascido **de** mulher, deve morrer por mulher.
- (E) Só em fila **de** aeroporto eu assumo que já passei os 70 anos.

6

Assinale a opção que indica a frase em que a forma reduzida do verbo é adequadamente substituída por uma forma desenvolvida.

- (A) Alguma providência tem que ser tomada pela humanidade sem pretender lucro. / *sem que se pretenda lucro*
- (B) Nas grandes coisas, os homens se mostram como lhes convém mostrar-se; nas pequenas, mostram-se como são. / *que se mostre*
- (C) Quantas pessoas morrem antes de ter dado a volta de si mesmas. / *antes de que tivessem dado*
- (D) Adoro crianças, principalmente ao chorarem. / *quando choravam*
- (E) A maior lição que a idade madura nos dá é aprender a ser o que somos. / *que aprendêssemos*

7

Leia com atenção o fragmento de texto a seguir.

*Um bando de urubus estava reunido, logo ao amanhecer, em torno de uma carniça numa estrada de terra do interior. De repente, um motociclista em alta velocidade surgiu logo após uma curva do caminho e atropelou alguns urubus, que ficaram também expostos à fome dos sobreviventes.*

Em relação ao texto, assinale a afirmação **inadequada**.

- (A) O estado inicial define o quadro da narrativa: com a apresentação do lugar, da época e dos personagens.
- (B) Um acontecimento perturbador mexe com o estado inicial: uma ocorrência inesperada.
- (C) Uma sequência de transformações modifica a situação dos personagens.
- (D) Um acontecimento equilibrador anuncia a resolução da intriga.
- (E) A apresentação de um estado final, feliz ou infeliz.

8

As frases listadas nas opções a seguir são compostas por dois segmentos, separados por sinais de pontuação.

Assinale a opção que apresenta a frase em que esse sinal de pontuação está corretamente substituído por um conectivo.

- (A) Um a um, somos todos mortais; unidos, somos eternos. / *portanto*
- (B) Não quero crescer. Acho que ficaria entediado. / *mesmo que*
- (C) Nem só de pão vive o homem. Vive de pão e crédito. / *logo*
- (D) A idade está na cabeça. Cada vez mais encontro idosos inteiros e bem-dispostos. / *entretanto*
- (E) Um cão velho não deve latir; ele não é mais capaz de morder. / *pois*

9

Assinale a opção que mostra a palavra **mais** em uma classe gramatical diferente das demais.

- (A) Os frutos são como os livros de uma biblioteca: os que estão em lugares **mais** altos são os que menos prestam.
- (B) **Mais** vale um galo no terreiro do que dois na testa.
- (C) A mulher chega à maturidade quando seus sapatos começam a incomodá-la **mais** do que os homens.
- (D) Um homem parado é a coisa **mais** horrível que pode haver. Mulher não aguenta o marido em casa o dia inteiro.
- (E) Para evitar o nervosismo, evite passar **mais** tempo com os jovens.

10

Assinale a opção que apresenta a dupla de palavras que **não** muda de sentido com a troca de posição dos termos.

- (A) Simples emprego / emprego simples.
- (B) Único bem / bem único.
- (C) Amigo velho / velho amigo.
- (D) Livro interessante / interessante livro.
- (E) Qualquer pessoa / pessoa qualquer.

## Administração Pública

11

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), obriga os órgãos governamentais a disponibilizarem dados de forma clara e acessível, salvo as exceções protegidas por sigilo, a qualquer cidadão. Assim, o direito de acessar informações públicas promove a transparência na Administração Pública.

Nesse contexto, em consonância com a LAI, analise as afirmativas a seguir.

- I. Caso seja necessária a reprodução de documentos, a entidade custodiante da informação solicitada pode cobrar o valor de ressarcimento dos custos do serviço e dos materiais do requerente.
- II. A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, ainda que não haja anuência do requerente.
- III. A informação sobre conduta de agente público, que implique em violação dos direitos humanos, deve ser objeto de restrição de acesso e classificada como reservada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

12

Ao ser nomeado Secretário de Fazenda do Estado X, o gestor identificou uma série de problemas internos no órgão. Para estabelecer um plano de ação e definir as questões que deveriam ser enfrentadas primeiro, ele desenvolveu a matriz GUT a seguir, para priorizar os problemas mais críticos.

Problema	G	U	T
1. Servidores desmotivados	5	5	0
2. Nível baixo de informatização	3	3	5
3. Estrutura predial precária	1	1	1

Com base na matriz GUT apresentada, assinale a opção que apresenta a ordem de priorização adequada para os problemas.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 2 – 3 – 1.
- (E) 3 – 2 – 1.

13

O conceito de *tailoring* passou a ganhar destaque com o Guia PMBOK, ao se referir às adaptações realizadas no gerenciamento de projetos para torná-los mais adequados ao ambiente em que estão inseridos.

Sobre os benefícios do *tailoring*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Aumenta o comprometimento dos membros da equipe do projeto.
- II. O foco está orientado para o produto.
- III. Produz extensa documentação na qual os objetivos pretendidos são especificados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

14

O *diamante da fraude* é o modelo que teoriza os fatores que facilitam comportamentos fraudulentos e contribuem para a corrupção na Administração Pública.

Com base nesse modelo, analise os itens a seguir.

- I. Percepção de Controle Interno ineficaz.
- II. Necessidades individuais geradas por problemas financeiros.
- III. Desejo de viver em padrão de vida superior ao atual.

Assinale a opção que apresenta somente fatores de oportunidade.

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

15

A crescente popularização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e a demanda da sociedade por serviços públicos mais eficientes e transparentes impulsionaram a implementação de ferramentas e sistemas digitais na Administração Pública, constituindo o que ficou conhecido como Governo Eletrônico.

Com relação a essa ferramenta e aos clientes, assinale a afirmativa correta.

- (A) O SEI é o principal instrumento para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal.
- (B) O SIAFI é usado para facilitar os processos de compra e aquisição de matérias e serviços na esfera federal.
- (C) O SIDOR foi criado para administrar as transferências de recursos da União nos convênios firmados com Estados, Municípios, Distrito Federal e entidades privadas sem fins lucrativos.
- (D) O SIAPE foi criado para integrar todas as plataformas de gestão da folha de pessoal dos servidores públicos federais.
- (E) O SIASG é a ferramenta de gestão de documentos, processos eletrônicos e arquivos digitais das instituições públicas de âmbito federal.

16

No contexto do gerenciamento de projetos, um portfólio é constituído por um agrupamento de projetos, programas, portfólios subsidiários e operações gerenciados em grupo, visando ao alcance de objetivos institucionais.

Acerca dos portfólios, assinale a afirmativa correta.

- (A) Representam esforços temporários de uma equipe, empreendidos para criar um resultado único.
- (B) Possuem um escopo organizacional que muda conforme os objetivos estratégicos da organização.
- (C) Promovem, graças à intervenção dos gerentes, um monitoramento pontual das mudanças que ocorrem nos ambientes presentes no ciclo de vida do projeto.
- (D) Têm seu sucesso medido pelo cumprimento de prazos, pela conformidade com o orçamento e pelo grau de satisfação do cliente.
- (E) Adquirem progressão por meio de ciclos iterativos, especificando seus requisitos, detalhadamente, já nas fases iniciais.

17

Ana Paula, após sofrer um grave acidente de bicicleta devido a um buraco na ciclovia, que a deixou hospitalizada por alguns meses, decidiu unir-se a outros ciclistas para fundar uma Associação de Ciclistas em seu município. O objetivo da associação seria fiscalizar e denunciar a negligência dos gestores públicos em relação à infraestrutura e à segurança dos ciclistas.

Com relação à situação apresentada, evidencia-se, no papel da associação, um exemplo de

- (A) poliarquia.
- (B) governança pública.
- (C) *accountability* societal.
- (D) freios e contrapesos.
- (E) governabilidade por agregação.

18

Os representantes de determinados municípios do Estado do Amazonas, com o intuito de combater queimadas ilegais na floresta amazônica, reuniram-se de forma emergencial para avaliar a formação de um consórcio público.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Caso o consórcio seja constituído com personalidade jurídica de direito privado, terá forma de associação pública.
- (B) Os recursos entregues pelos entes ao consórcio por contrato de rateio devem ser utilizados para o atendimento de despesas genéricas.
- (C) É vedada a cessão de servidores para o consórcio, devendo este ter seu quadro de pessoal preenchido apenas por meio de concurso público.
- (D) A União somente poderá fazer parte desse consórcio, se os Estados em cujos territórios estão situados os municípios consorciados façam parte dele.
- (E) Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão subsidiariamente pelas obrigações remanescentes.

19

Sobre a reforma administrativa ocorrida na década de 1930, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), assinale a afirmativa correta.

- (A) Pautou-se na transferência das atividades do governo central para as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, buscando promover a racionalidade administrativa e orçamentária.
- (B) Promoveu mudanças com o intuito de assegurar maior eficiência administrativa, baseando as modificações em três eixos principais: Administração Pública, Administração de Pessoal e Administração de Materiais.
- (C) Conferiu maior poder aos governadores locais, resultando em um novo paradigma na relação entre sociedade e Estado, fundamentado em princípios patrimonialistas e fisiologistas.
- (D) Ficou marcada pela obrigatoriedade do Regime Jurídico Único para os servidores dos entes federativos, instituindo uma distinção entre as atividades do núcleo estratégico e os de execução no âmbito federal.
- (E) Trouxe elementos da gestão por resultados, estabelecendo autonomia decisória de orientação *top-down* e controle *a posteriori* para a estrutura administrativa.

20

Em um processo seletivo interno para o cargo de chefia em um órgão público, optou-se pelo candidato com maior iniciativa, em detrimento de um outro, com maior destreza nas tarefas.

No contexto da *gestão por competências*, essa decisão privilegiou a competência

- (A) *atitude* em relação à competência *conhecimento*.
- (B) *atitude* em relação à competência *habilidade*.
- (C) *conhecimento* em relação à competência *atitude*.
- (D) *conhecimento* em relação à competência *habilidade*.
- (E) *habilidade*, em relação à competência *conhecimento*.

## Direito Constitucional

21

João, ao completar trinta anos de idade, havia acabado de cumprir a pena privativa de liberdade que lhe tinha sido imposta em sentença penal transitada em julgado. Nesse momento, decidiu que adotaria as medidas necessárias para concorrer ao cargo de senador nas eleições que seriam realizadas no ano subsequente.

Ao analisar a sistemática constitucional, de modo a verificar a viabilidade do seu objetivo, João concluiu, corretamente, que ele

- (A) está inelegível por três anos.
- (B) está com os direitos políticos suspensos por cinco anos.
- (C) não atingiu a idade mínima para concorrer ao cargo eletivo.
- (D) não preenche a condição de elegibilidade consistente em reputação ilibada.
- (E) irá readquirir os direitos políticos assim que requerer a sua reabilitação ao juízo competente.

**22**

Ao ver de João, o Superior Tribunal de Justiça teria praticado ato manifestamente ilegal em detrimento de sua esfera jurídica, o que teria afrontado o seu direito líquido e certo. Por tal razão, decidiu que iria impetrar um mandado de segurança em prol da proteção dos seus interesses.

Nesse caso, à luz da narrativa, é correto afirmar que o mandado de segurança deve ser impetrado perante

- (A) o Supremo Tribunal Federal.
- (B) o Superior Tribunal de Justiça, sendo cabível recurso de fundamentação livre para o Supremo Tribunal Federal, se denegatória a decisão.
- (C) o Superior Tribunal de Justiça, sendo cabível recurso de fundamentação vinculada para o Supremo Tribunal Federal, se denegatória a decisão.
- (D) um juiz federal, sendo cabível recurso de fundamentação livre para o respectivo Tribunal Regional Federal, se denegatória a decisão.
- (E) um juiz federal, sendo cabível recurso de fundamentação vinculada para o respectivo Tribunal Regional Federal, se denegatória a decisão.

**23**

O Art. Y da Constituição da República, norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata, que consagrava determinado direito de caráter prestacional, foi integralmente alterado pelo Art. Z da Emenda Constitucional W, norma de eficácia limitada e de princípio programático, que passou a reger a temática.

João, que preencheria os requisitos para a fruição do direito prestacional previsto no referido Art. Y, o que ocorreu em momento posterior à promulgação da Emenda Constitucional W, consultou um especialista a respeito da possibilidade de vir a fruí-lo, sendo-lhe corretamente informado que tal fruição

- (A) é possível, pois normas constitucionais de eficácia limitada não revogam normas constitucionais de eficácia plena.
- (B) é possível, pois a vedação ao retrocesso social impede que emenda constitucional altere qualquer direito de natureza prestacional.
- (C) é possível, pois normas de eficácia limitada não produzem efeitos enquanto a legislação infraconstitucional não integrar a sua eficácia.
- (D) não é possível, salvo se tiver ocorrido a notificação do referido ente federativo, em momento anterior à promulgação da Emenda Constitucional W, informando sobre a expectativa de direito de João;
- (E) não é possível, pois a norma de eficácia limitada veiculada pelo Art. Y, ao alterar integralmente a norma de eficácia plena veiculada pelo Art. Z, afastou a possibilidade de aplicação dessa última.

**24**

No âmbito do Poder Executivo de determinado ente federativo, foi instituída uma comissão visando à apresentação de anteprojeto de proposição legislativa para a criação de um regime próprio de previdência social, direcionado aos servidores do respectivo ente federativo.

O anteprojeto, conforme constava do decreto que criou a comissão, deveria estabelecer requisitos e critérios diferenciados para a concessão de benefícios para aposentadoria dos servidores com deficiência, ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Em sua primeira reunião, os membros da comissão concluíram, corretamente, que os objetivos declinados no decreto

- (A) destoam da ordem constitucional em relação à pretendida criação de um regime próprio de previdência social.
- (B) estão em total harmonia com a ordem constitucional, devendo a proposição legislativa a ser apresentada ter a forma de projeto de lei ordinária.
- (C) estão em total harmonia com a ordem constitucional, devendo a proposição legislativa a ser apresentada ter a forma de projeto de lei complementar.
- (D) somente destoam da ordem constitucional ao excluírem os servidores ocupantes de cargos em comissão do alcance do anteprojeto a ser elaborado.
- (E) somente destoam da ordem constitucional ao apregoar tratamento diferenciado para os servidores com deficiência, que não se limite à redução dos requisitos de idade e tempo de contribuição.

**25**

Em reunião realizada no âmbito do Ministério Público do Estado *Alfa*, foi informado ao Procurador-Geral de Justiça que a autonomia financeira da Instituição lhe assegurava a prerrogativa de

- I. participar da definição dos limites a serem observados na elaboração de sua proposta orçamentária, a serem definidos na lei de diretrizes orçamentárias, de modo conjunto com as demais estruturas dotadas de autonomia financeira.
- II. submeter sua proposta orçamentária diretamente à Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*.
- III. ter reproduzidos os valores da lei orçamentária vigente, admitida apenas a correção pelos índices oficiais de inflação, caso não seja encaminhada a proposta orçamentária ao órgão competente, no prazo estipulado pela lei.

Ao analisar a Constituição da República, o Procurador-Geral de Justiça concluiu, em relação às informações recebidas, que

- (A) apenas I está correta.
- (B) apenas I e II estão corretas.
- (C) apenas I e III estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) I, II e III estão corretas.

**26**

No âmbito do Estado *Alfa*, após uma auditoria, foi constatado que os empregados da sociedade de economia mista *Beta*, vinculada ao Poder Executivo, cujo objeto social é a exploração de atividade econômica em sentido estrito, estão recebendo remuneração superior ao subsídio dos desembargadores do Estado *Alfa*.

Ao constatar o ocorrido, o chefe do controle interno concluiu, corretamente, que esse estado de coisas é

- (A) lícito, desde que não haja repasse de nenhum recurso de *Alfa* para *Beta*.
- (B) ilícito, pois o subsídio dos desembargadores deve ser considerado o teto remuneratório em *Alfa*.
- (C) ilícito, caso haja repasse de recursos de *Alfa* para *Beta* para o pagamento de despesas de custeio.
- (D) lícito, já que o teto remuneratório a ser observado é o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal
- (E) lícito, pois os empregados de sociedade de economia mista não estão sujeitos ao teto remuneratório, recebam, ou não, recursos públicos.

**27**

Maria, deputada estadual, solicitou que sua assessoria analisasse a conformidade constitucional de um projeto de lei, a ser apresentado no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, disciplinando o porte de arma de fogo por autoridades estaduais e municipais.

Assinale a opção que apresenta a informação correta dada pela assessoria.

- (A) A matéria deve ser veiculada em lei complementar, não em lei ordinária.
- (B) Os Estados não podem incursionar nessa temática, que é privativa da União.
- (C) A disciplina a ser estabelecida deve observar um referencial de simetria com a legislação federal.
- (D) Em razão da autonomia política dos municípios, o projeto de lei não pode alcançar autoridades municipais.
- (E) Os Estados somente podem suplementar a legislação federal, logo, devem observar as normas gerais da União.

**28**

Joana, de nacionalidade brasileira, desejava tomar algumas decisões em sua esfera privada, inclusive em relação à possibilidade de residir no exterior e de estabelecer laços de nacionalidade com outro Estado de Direito, fazendo cessar, ou não, aqueles existentes com a República Federativa do Brasil. Por essa razão, decidiu consultar um especialista em relação ao cotejo dos seus planos com a sistemática estabelecida pela Constituição da República.

Na ocasião, foi corretamente esclarecido à Joana que

- (A) a coexistência de nacionalidades somente é admitida se a nacionalidade estrangeira for originária.
- (B) a nacionalidade brasileira é perdida no momento de aquisição voluntária de outra nacionalidade.
- (C) a nacionalidade brasileira não será perdida com a aquisição de outra nacionalidade, salvo se Joana o requerer.
- (D) a nacionalidade brasileira somente será perdida por força de decisão judicial, ainda que seja adquirida uma nacionalidade estrangeira.
- (E) a aquisição de outra nacionalidade somente não acarreta a perda da nacionalidade brasileira se for condição para o exercício de direitos civis em outro País.

**29**

Ao ser informado da iminência de um conflito armado entre dois países fronteiriços ao território da República Federativa do Brasil, o Presidente da República editou a Medida Provisória nº X (MPX), elencando as situações em que seria permitida e aquelas em que seria vedado que forças estrangeiras transitassem pelo território nacional ou nele permanecessem.

Irresignado com o teor da MPX, o diretório nacional de um partido político de oposição, com representação no Congresso Nacional, solicitou que sua assessoria analisasse a conformidade constitucional desse diploma normativo.

Foi corretamente esclarecido, com abstração de juízos de valor em relação à urgência e à necessidade da medida, que a MPX é

- (A) constitucional, já que a matéria não é interdita à medida provisória.
- (B) inconstitucional, pois a matéria deve ser disciplina em lei complementar.
- (C) inconstitucional, pois é vedada a edição de medida provisória a respeito de relações internacionais.
- (D) constitucional, desde que o período estabelecido para o trânsito e a permanência de forças estrangeiras não ultrapasse o prazo constitucional de cinco dias.
- (E) constitucional, mas apenas quanto à possibilidade de trânsito de forças estrangeiras pelo território nacional, pois a permanência afronta a soberania nacional.

**30**

Após ampla mobilização dos servidores do Município *Beta*, a lei orgânica desse ente federativo foi alterada a partir de projeto de lei de iniciativa da totalidade dos vereadores.

A alteração promoveu o detalhamento de diversos direitos de natureza estipendial a que fariam jus tanto os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo como os ocupantes de cargos em comissão. A alteração, comemorada pelos servidores, foi criticada pelo Prefeito de *Beta*, que solicitou a análise de sua conformidade constitucional.

Foi corretamente esclarecido ao Prefeito de *Beta* que a referida alteração é

- (A) inconstitucional, na medida em que a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
- (B) constitucional, desde que o projeto de lei tenha sido submetido ao poder de sanção ou veto do Chefe do Poder Executivo.
- (C) constitucional, devendo prevalecer a liberdade de conformação do Poder Legislativo na condução do processo legislativo.
- (D) inconstitucional, na medida em que também alcançou os ocupantes de cargos em comissão, que estão sujeitos a legislação própria.
- (E) constitucional, considerando que a lei orgânica municipal ocupa o ápice da pirâmide normativa da legislação do Município *Beta*.

## Direito Administrativo

31

Observe a definição das seguintes entidades que integram a Administração Indireta:

- Entidade *Alfa*: dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- Entidade *Beta*: dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

As entidades descritas são, respectivamente,

- (A) sociedade de economia mista e empresa pública.
- (B) sociedade de economia mista e fundação pública.
- (C) autarquia e sociedade de economia mista.
- (D) empresa pública e sociedade de economia mista.
- (E) fundação privada e empresa pública.

32

Em setembro de 2024, o Estado Alfa pretende contratar serviço técnico especializado consistente em consultoria técnica e auditoria financeira, de natureza predominantemente intelectual com empresa de notória especialização.

No caso em tela, de acordo com Nova Lei de Licitações, aplica-se a

- (A) dispensa de licitação.
- (B) inexigibilidade de licitação.
- (C) obrigatoriedade de licitação, na modalidade pregão.
- (D) obrigatoriedade de licitação, na modalidade concorrência.
- (E) obrigatoriedade de licitação, na modalidade diálogo competitivo.

33

O Tribunal de Contas do Estado *Alfa* descumpriu os limites de gastos com pessoal previstos em lei. Por tal motivo, a União proibiu o Estado *Alfa* de realizar operações de crédito e de receber transferências de recursos federais, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, a União agiu

- (A) corretamente, com base no princípio do pacto federativo, uma vez que o ente público que ostenta personalidade jurídica de direito público interno é o Estado *Alfa*.
- (B) corretamente, com base no princípio da impessoalidade, de maneira que o ente estatal envolvido deve envidar esforços para regularizar o regime orçamentário e financeiro de todos os seus órgãos.
- (C) corretamente, com base no princípio da moralidade, pois a irresponsabilidade fiscal pode levar o Estado *Alfa* a ingressar em regime de recuperação fiscal, cujas limitações serão ainda rígidas.
- (D) incorretamente, com base no princípio da intranscendência que veda a imposição de sanções ao Poder Executivo estadual em virtude de pendências de órgãos dotados de autonomia institucional e orgânico-administrativa, como o Tribunal de Contas.
- (E) incorretamente, com base no princípio da continuidade dos serviços públicos, que veda a imposição de sanções a um ente federativo em virtude de pendências relacionadas aos limites de gastos com pessoal.

34

De acordo com a Lei nº 9.790/99, o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas na citada lei é o

- (A) contrato de gestão.
- (B) acordo de cooperação técnica.
- (C) contrato mediante concessão.
- (D) protocolo de fomento.
- (E) termo de parceria.

**35**

Em agosto de 2024, João, Auditor de Finanças e Controle do Tesouro do Estado *Alfa*, dolosamente, agiu ilícitamente na arrecadação de tributo e de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.

De acordo com a atual redação da Lei nº 8.429/1992, João

- (A) não praticou ato de improbidade administrativa, pois a conduta narrada deixou de configurar ato de improbidade com a Reforma de 2021.
- (B) não praticou ato de improbidade administrativa, pois a conduta narrada nunca configurou ato de improbidade, com base no princípio da tipicidade do direito sancionador.
- (C) praticou ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, entre cujas sanções está a suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos.
- (D) praticou ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública prejuízo ao erário, entre cujas sanções está a perda da função pública.
- (E) praticou ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito, entre cujas sanções está a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.

**36**

Em matéria de indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa, analise as assertivas a seguir.

- I. O pedido de indisponibilidade de bens apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias.
- II. O valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, vedada a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu.
- III. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário, incidindo sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil e sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.

Levando em consideração o teor da Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela reforma promovida pela Lei nº 14.230/2021, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**37**

O Estado Beta pretende, mediante justificativa expressa, contratar mais de uma empresa para executar o mesmo serviço. Instado a se manifestar sobre a legalidade da pretensão, o Procurador do Estado João, com base na Lei nº 14.133/2021, indicou sua

- (A) impossibilidade, sob pena de nulidade da contratação da segunda empresa, por vício de forma.
- (B) impossibilidade, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, por fragmentação de licitação.
- (C) impossibilidade, exceto se houver prévia autorização dos órgãos de controle interno e externo, sob pena de responsabilização dos agentes responsáveis pela segunda contratação.
- (D) possibilidade, desde que essa contratação tenha valor global final, pelo menos, 30% (trinta por cento) menor do que o valor estimado na fase de planejamento e a múltipla execução seja vantajosa para atender à Administração.
- (E) possibilidade, desde que essa contratação não implique perda de economia de escala, quando o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado e a múltipla execução for conveniente para atender à Administração.

**38**

Em matéria de responsabilidade civil do Estado por morte ou ferimento decorrente de operações policiais, observe as assertivas a seguir.

- I. O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Integral.
- II. É ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil.
- III. A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.

De acordo com tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, estão corretas as afirmações

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

**39**

De acordo com a doutrina, em matéria de elementos do ato administrativo, o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento para a edição do ato administrativo é denominado

- (A) objeto.
- (B) motivo.
- (C) forma.
- (D) finalidade.
- (E) motivação.



40

Por meio de emenda à Constituição do Estado *Alfa*, de iniciativa parlamentar, foi criada norma que define como atividade de risco análoga ao exercício da atividade policial a atuação dos membros do Ministério Público, do Poder Judiciário e Auditores Fiscais de tributos estaduais, estendendo a tais servidores benefícios previdenciários exclusivos dos servidores policiais, tais como a aposentadoria especial e a pensão por morte.

Tal norma, em seguida, foi replicada no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado *Alfa*, cuja redação era idêntica à do Estatuto dos servidores do Amazonas.

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, tal norma é

- (A) constitucional, sendo certo que a Constituição da República dispõe que poderão ser estabelecidos por emenda constitucional do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a riscos, agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes.
- (B) objeto de interpretação conforme à Constituição, de maneira que se harmonize com norma da Constituição da República que dispõe que os ocupantes do cargo de membros do Ministério Público, do Poder Judiciário e Auditores Fiscais terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades decorrentes dos demais servidores.
- (C) objeto de interpretação conforme à Constituição, de maneira que se harmonize com norma da Constituição da República que dispõe que os ocupantes do cargo de membros do Ministério Público, do Poder Judiciário e Auditores Fiscais terão idade mínima reduzida em 3 (três) anos em relação às idades decorrentes dos demais servidores, exceto se forem servidores com deficiência, caso em que a redução será de 5 (cinco) anos.
- (D) inconstitucional, sendo certo que a Constituição da República proíbe o estabelecimento de idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de quaisquer servidores públicos estaduais que não sejam ocupantes do cargo efetivo de policiais civis ou militares e professores.
- (E) inconstitucional, sendo certo que a Constituição da República dispõe que poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam os dispositivos indicados na Constituição.

## Direito Tributário

41

Em relação ao ICMS incidente sobre o frete, nas operações sujeitas à substituição tributária (veículos novos), realizadas entre o fabricante e a concessionária de veículos, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado pode exigir a complementação do ICMS incidente sobre o frete nas operações com veículos automotores sob o regime da substituição tributária, a ser pago pela concessionária, desde que previsto em Convênio de ICMS.
- (B) Ainda que o frete tenha sido contratado pelo fabricante de veículos, o Estado pode cobrar o ICMS sobre o frete da substituída (concessionária).
- (C) O Estado deve exigir da concessionária o ICMS sobre o frete, pois o valor do frete é sempre integrado à base de cálculo do ICMS na substituição tributária, independentemente de quem contrate o transporte.
- (D) O ICMS sobre o frete somente pode ser exigido pelo Estado se o transporte for contratado pela montadora/fabricante, pois, nesse caso, a montadora é responsável pela inclusão do frete na base de cálculo do ICMS.
- (E) O frete referente ao transporte do veículo entre a montadora/fabricante e a concessionária/revendedora não integra a base de cálculo do ICMS na substituição tributária para frente, independentemente de quem contrate o transporte.

42

Sobre a aplicação da denúncia espontânea aos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, com base nas decisões recentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- (A) Aplica-se o benefício da denúncia espontânea aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados e constituídos, mas pagos a destempo, desde que antes de qualquer procedimento fiscal.
- (B) Aplica-se o benefício da denúncia espontânea caso o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário, acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a, antes de qualquer procedimento da Administração Tributária, noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.
- (C) Aplica-se o instituto da denúncia espontânea aos débitos tributários que tenham sido objeto de parcelamento.
- (D) Aplica-se o benefício da denúncia espontânea aos casos em que o contribuinte realiza o depósito judicial do valor integral do crédito tributário, antes de qualquer instauração de procedimento fiscal pelo Fisco.
- (E) A denúncia espontânea exclui apenas a multa punitiva, mantendo-se a multa moratória.

**43**

De acordo com o Supremo Tribunal Federal, desfrutam da imunidade tributária recíproca os(as)

- (A) Estados-membros, no que se refere às contribuições previdenciárias.
- (B) empresas públicas delegatárias de serviços públicos essenciais que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial.
- (C) fundações dos partidos políticos.
- (D) sociedades de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores.
- (E) empresas privadas arrendatária de imóvel público, ainda que explorem atividade econômica com fins lucrativos.

**44**

Com base na Lei Estadual nº 2.826/2003, que regulamenta a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais do Estado do Amazonas, assinale a opção que prevê uma atividade considerada de fundamental interesse para o desenvolvimento do Estado e que pode potencialmente gozar dos incentivos fiscais ali previstos.

- (A) Atividades ligadas ao turismo.
- (B) Produção de energia elétrica.
- (C) Acondicionamento de produtos.
- (D) Extração e beneficiamento de produtos minerais.
- (E) Preparo de produtos alimentares em cozinhas industriais.

**45**

Com relação às taxas, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- ( ) Os preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu.
- ( ) As taxas cobradas, em razão exclusivamente dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, são inconstitucionais, pois não são específicas e divisíveis.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

**46**

Em relação aos princípios gerais do Direito Tributário, com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir.

- I. A legislação federal que impõe a obrigação de apresentação de declaração de débitos e créditos de tributos federais aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, mas não a estende aos órgãos da própria União, ofende o princípio da isonomia e o federalismo.
- II. Os princípios da isonomia e da capacidade contributiva, como critério da justiça fiscal, permanecem aplicáveis mesmo quando se trata de tributos contraprestacionais, como as taxas.
- III. O princípio da seletividade, aplicável ao IPI, não implica, por si só, imunidade ou completa desoneração tributária de determinado bem, ainda que seja essencial.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**47**

Considere a situação hipotética a seguir.

*João comprou de Maria um veículo automotor. Em razão de João não ter transferido para o seu nome a propriedade do veículo, junto ao Detran, Maria passou a suportar pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) incidente sobre o veículo após a venda.*

Sobre a hipótese, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- (A) A responsabilidade solidária de Maria pelo pagamento do IPVA pode ser atribuída, independentemente da existência de lei estadual específica, com base no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
- (B) O Código Tributário Nacional (CTN) prevê a imposição a Maria de responsabilidade solidária pelo pagamento do IPVA ao vendedor do veículo.
- (C) A jurisprudência atual reconhece que somente legislação estadual específica pode atribuir responsabilidade solidária a Maria pelo pagamento do IPVA, na hipótese de ausência de comunicação ao órgão de trânsito.
- (D) A jurisprudência atual estabelece que a responsabilidade solidária pelo IPVA não pode ser imputada a Maria, independente da previsão legal, visto que o contribuinte João é o proprietário do veículo quando da ocorrência do fato gerador.
- (E) A jurisprudência atual reconhece que somente lei complementar federal, ainda inexistente, pode atribuir responsabilidade solidária a Maria pelo pagamento do IPVA, na hipótese de ausência de comunicação ao órgão de trânsito.

48

O Estado X, estado de destino da mercadoria, está exigindo da sociedade empresária ABC, optante pelo Simples Nacional, o diferencial de alíquota do ICMS (ICMS-DIFAL).

Sobre essa hipótese, assinale a afirmativa correta.

- (A) É inconstitucional a imposição tributária do ICMS-DIFAL pelo Estado X, cobrado da sociedade empresária ABC.
- (B) A cobrança do ICMS-DIFAL deve ter fundamento em lei estadual em sentido estrito.
- (C) A constitucionalidade da imposição tributária do ICMS-DIFAL pelo Estado X depende da análise da possibilidade de compensação dos créditos.
- (D) A cobrança do ICMS-DIFAL pelo Estado X não viola o princípio da legalidade, com base em decreto estadual, visto que a LC 123/2006 expressamente autoriza a cobrança.
- (E) A imposição tributária do ICMS-DIFAL pelo Estado X somente é constitucional se a sociedade empresária ABC se enquadrar como consumidora final na operação.

49

Sobre a repartição das receitas tributárias entre os entes federativos no Brasil, de acordo com o Art. 157 e seguintes da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) O produto do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) é repartido integralmente entre os Municípios para financiar suas despesas com saúde e educação.
- (B) O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é repartido entre os Estados e os Municípios, e sua receita é destinada exclusivamente ao custeio das atividades de defesa e segurança pública.
- (C) Os Municípios recebem cinquenta por cento do produto de arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), relativo aos veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (D) O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é de competência dos Estados, e o produto de sua arrecadação não é repartido com os Municípios.
- (E) Os Municípios recebem cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), relativamente aos imóveis neles situados, se fiscalizados e cobrados por eles.

50

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em relação à obrigatoriedade de emissão de nota fiscal para a movimentação de bens entre estabelecimentos da mesma instituição financeira, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exigência de nota fiscal para a circulação de bens entre estabelecimentos da mesma instituição financeira é irrelevante se a operação não configurar hipótese de incidência de ICMS, pois a exigência de nota está relacionada necessariamente com o fato gerador do tributo.
- (B) O ente federado pode instituir a obrigação acessória de emitir nota fiscal para a movimentação de bens entre estabelecimentos da mesma instituição financeira, mesmo que a operação não constitua hipótese de incidência do ICMS, desde que observe os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- (C) Os deveres instrumentais, previstos na legislação tributária, ostentam caráter de dependência em relação ao fato gerador da obrigação tributária, não obrigando, portanto, as pessoas físicas ou jurídicas que gozem de imunidade ou outro benefício fiscal.
- (D) O Fisco somente pode exigir a nota fiscal para a movimentação de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos da mesma instituição financeira, não sendo possível a exigência para a circulação de material de uso e consumo.
- (E) A legislação local que exige nota fiscal para a movimentação de bens entre estabelecimentos da mesma instituição financeira é inaplicável se a obrigação acessória não for prevista em lei federal.

## Sistema Normativo Anticorrupção

51

Tendo por base a Lei Anticorrupção, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na citada lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- ( ) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- ( ) Os dirigentes ou administradores serão responsabilizados objetivamente por atos ilícitos decorrentes da atividade empresarial, independentemente de sua culpabilidade.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – V.

52

João Silva, Auditor de Finanças e Controle do Tesouro do Estado *Alfa*, com vontade livre e consciente, no exercício da função pública, desviou dinheiro público de que tinha posse em razão do cargo, em proveito de seu irmão José.

Assim agindo, João Silva praticou crime de

- (A) emprego ilegal de verbas ou rendas públicas.
- (B) concussão.
- (C) peculato.
- (D) corrupção ativa.
- (E) prevaricação.

53

O Decreto nº 5.687/2006 promulgou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003.

Em tema de contratação pública e gestão da fazenda pública, cada Estado-Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, adotará as medidas necessárias para estabelecer sistemas apropriados de contratação pública, baseados na transparência, na competência e em critérios objetivos de adoção de decisões, que sejam eficazes, entre outras coisas, para prevenir a corrupção.

Consoante dispõe a Convenção de Mérida, esses sistemas, em cuja aplicação poder-se-á ter em conta valores mínimos apropriados, deverão abordar as práticas indicadas nas opções a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A formulação prévia das condições de participação, incluídos critérios de seleção e adjudicação e regras de licitação, assim como sua publicação.
- (B) A aplicação de critérios objetivos e predeterminados para a adoção de decisões sobre a contratação pública a fim de facilitar a posterior verificação da aplicação correta das regras ou procedimentos.
- (C) Um mecanismo eficaz de exame interno, excluindo um sistema eficaz de apelação, para garantir recursos e soluções legais no caso de não se respeitarem as regras ou os procedimentos estabelecidos conforme a citada Convenção.
- (D) A difusão pública de informação relativa aos procedimentos de contratação pública e contratos, incluídas a informação sobre licitações e a informação pertinente ou oportuna sobre a adjudicação de contratos, a fim de que os licitadores potenciais disponham de tempo suficiente para preparar e apresentar suas ofertas.
- (E) A adoção de medidas para regulamentar as questões relativas ao pessoal encarregado da contratação pública, quando procedente, em particular declarações de interesse relativo de determinadas contratações públicas, procedimentos de pré-seleção e requisitos de capacitação.

54

De acordo com a Lei nº 12.850/2013, considera-se **organização criminosa** a associação de

- (A) 4 (quatro) ou mais pessoas estruturadas com domínio final e funcional do fato delituoso, mediante divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 2 (dois) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- (B) 2 (duas) ou mais pessoas estruturadas com domínio final e funcional do fato delituoso, mediante divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter vantagem de qualquer natureza, com a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 2 (dois) anos.
- (C) 2 (duas) ou mais pessoas estruturadas com domínio final e funcional do fato delituoso, mediante divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter vantagem de qualquer natureza, com a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 2 (dois) anos ou que sejam de caráter internacional.
- (D) 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- (E) 3 (três) ou mais pessoas estruturadas com domínio final e funcional do fato delituoso, mediante divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter vantagem de qualquer natureza, com a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 2 (dois) anos ou que sejam de caráter internacional.

55

De acordo a Lei nº 12.850/2013, aquele que promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa, estará sujeito à pena

- (A) de reclusão, indicada na lei, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.
- (B) de detenção, indicada na lei, e multa, e as demais infrações penais praticadas serão absorvidas pelo crime mais gravoso de organização criminosa.
- (C) indicada na lei, sobre a qual incidirá causa de diminuição, caso o produto ou proveito da infração penal destinar-se, no todo ou em parte, ao exterior.
- (D) indicada na lei, sobre a qual incidirá causa de diminuição, se a organização criminosa mantiver conexão com outras organizações criminosas independentes.
- (E) agravada para quem exerce o comando, individual, mas não coletivo, da organização criminosa, desde que pratique pessoalmente atos de execução.

56

Consoante a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, analise os efeitos da condenação a seguir.

- I. Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o Juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos.
- II. A inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de um a cinco anos.
- III. A perda do cargo, do mandato ou da função pública.

De acordo com o citado diploma legislativo, são efeitos da condenação condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença, os indicados em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

57

A Lei nº 9.613/1998 dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; sobre a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos na Lei; e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Neste contexto, em matéria de identificação dos clientes e manutenção de registros, as pessoas sujeitas ao mecanismo de controle previsto na citada lei deverão adotar as medidas apresentadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Identificar seus clientes e manter cadastro atualizado, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes.
- (B) Atender às requisições formuladas pelo Coaf na periodicidade, forma e condições por ele estabelecidas, cabendo-lhe preservar, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas.
- (C) Cadastrar-se e manter seu cadastro atualizado no órgão regulador ou fiscalizador e, na falta desse, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), na forma e condições por eles estabelecidas.
- (D) Adotar políticas, procedimentos e controles externos indicados pelo titular do Ministério ou da Secretaria de Fazenda, compatíveis com seu porte e volume de operações, que lhes permitam prestar contas ao Ministério Público.
- (E) Manter registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais, ativos virtuais, ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, que ultrapassar limite fixado pela autoridade competente e nos termos de instruções por esta expedidas.

58

Joaquim dos Santos, servidor público que exerce função de agente de contratação no Estado *Delta*, de forma livre e consciente, em agosto de 2024, admitiu à licitação a sociedade empresária Gama, declarada inidônea.

De acordo com a denominação dada pelo Código Penal, Joaquim praticou, segundo os fatos descritos, o injusto penal de

- (A) contratação direta ilegal.
- (B) frustração do caráter competitivo de licitação.
- (C) contratação inidônea.
- (D) perturbação de processo licitatório.
- (E) fraude em licitação ou contrato.

59

De acordo com o Decreto nº 5.015/2004, que promulgou a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, conhecido como Convenção de Palermo, em matéria de criminalização da lavagem do produto do crime, cada Estado-Parte adotará, em conformidade com os princípios fundamentais do seu direito interno, as medidas necessárias para caracterizar como infração penal, quando praticada intencionalmente, sob reserva dos conceitos fundamentais do seu ordenamento jurídico,

- (A) a aquisição, posse ou utilização de bens, sabendo aquele que os adquire, possui ou utiliza, no momento da recepção, que são produto do crime.
- (B) a promessa, oferta ou entrega, direta ou indiretamente, de vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional.
- (C) a participação na prática de uma das infrações enunciadas no Artigo indicado na Convenção, excluída qualquer outra forma de associação, acordo, tentativa ou cumplicidade, pela prestação de assistência, ajuda ou aconselhamento no sentido da sua prática.
- (D) a solicitação, exigência, cobrança ou obtenção, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público estrangeiro no exercício de suas funções, relacionado a transação comercial internacional.
- (E) a ocultação ou dissimulação da verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens ou direitos a eles relativos, independentemente de saber o seu autor que os ditos bens são produto do crime.

60

Maria Santos, Fiscal de Tributos do Estado *Beta*, de forma livre e consciente, no exercício da função, iludiu, em parte, o pagamento de imposto devido pelo consumo de mercadoria.

Agindo dessa forma, Maria Santos cometeu o delito de

- (A) contrabando.
- (B) corrupção passiva.
- (C) fraude do processo tributário.
- (D) descaminho.
- (E) sonegação de contribuição.

## Análise das Demonstrações Contábeis

61

Uma sociedade empresária apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial em 31/12/2023:

Dividendos a pagar (60 dias):.....R\$ 25.000;  
Imposto de renda a pagar (90 dias):.....R\$ 27.000;  
Receitas antecipadas (45 dias):.....R\$ 30.000;  
Empréstimos (210 dias):.....R\$ 50.000;  
Salários a pagar (30 dias):.....R\$ 55.000;  
Financiamentos (480 dias):.....R\$ 100.000;  
Patrimônio Líquido: .....R\$ 200.000;  
Disponibilidades: .....R\$ 487.000.

Considerando apenas o passivo circulante em 31/12/2023, o passivo oneroso circulante é de

- (A) 26,74%.
- (B) 36,49%.
- (C) 41,18%.
- (D) 52,26%.
- (E) 80,21%.

62

Uma sociedade empresária foi acionada na justiça, em 2023, por um cliente insatisfeito, que pedia R\$50.000. Os advogados julgaram que a perda da causa era provável.

Ainda em 2023, a sociedade empresária entrou na justiça contra um fornecedor, pedindo R\$50.000. Os advogados julgaram que o ganho era provável.

Os advogados acreditam que as duas ações na justiça serão julgadas em 2024.

Assinale a opção que indica o impacto das causas nos indicadores de endividamento geral e de liquidez geral, respectivamente, da sociedade empresária em 31/12/2023.

- (A) Diminuiu e aumenta.
- (B) Aumenta e diminui.
- (C) Permanece igual e aumenta.
- (D) Aumenta e permanece igual.
- (E) Permanece igual e permanece igual.

63

Um analista desejava estudar a variação das contas da demonstração do resultado do exercício da Cia. A entre 31/12/2022 e 31/12/2023. O analista não considerou os efeitos da inflação e constatou que, no ano, a receita de vendas aumentou em 15%.

Assinale a opção que indica a real variação da receita de vendas, considerando que a inflação, entre 31/12/2022 e 31/12/2023, foi de 4,62.

- (A) 3,25%
- (B) 5,06%
- (C) 6,93%
- (D) 9,92%
- (E) 10,38%

64

Em 31/12/2022, uma fábrica apresentava em seu balanço patrimonial uma máquina avaliada em R\$20.000, que era usada em seu negócio.

Em 2023, a fábrica passou a classificar a máquina como ativo não circulante mantido para venda, demonstrando a intenção e o comprometimento com a venda da máquina.

A mudança de classificação, isoladamente, trouxe um aumento na(o)

- (A) liquidez imediata.
- (B) liquidez corrente.
- (C) endividamento geral.
- (D) composição das exigibilidades.
- (E) imobilização do patrimônio líquido.

65

O *Supermercado Estrela* mensurava o seu estoque de acordo com o custo médio ponderado móvel. Em 31/12/2023, o supermercado divulgou em notas explicativas que, a partir de 01/01/2023, começou a mensurar o estoque de acordo com o método PEPS.

Um investidor verificava, anualmente, os seguintes indicadores do *Supermercado Estrela*, de modo a analisar a sua saúde contábil em geral e comparar com os anos anteriores:

- I. Liquidez Corrente;
- II. Liquidez Seca;
- III. Liquidez Geral;
- IV. Composição das exigibilidades.

Assinale a opção que apresenta os indicadores que serão impactados pela mudança no critério de mensuração do estoque, em 31/12/2023.

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

66

Um analista calcula os indicadores de liquidez de uma sociedade empresária, de modo a ser o mais conservador possível.

Em 31/12/2023, a sociedade empresária analisada apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial:

Estoques a serem vendidos em 2025: .....R\$15.000;  
Patrimônio Líquido: .....R\$50.000;  
Despesas antecipadas (300 dias): .....R\$50.000;  
Clientes (90 dias): .....R\$55.000;  
Disponibilidades: .....R\$80.000;  
Fornecedores (180 dias): .....R\$150.000.

Assinale a opção que indica a liquidez seca da sociedade empresária, em 31/12/2023.

- (A) 53,33%.
- (B) 80,00%.
- (C) 90,00%.
- (D) 1,03%.
- (E) 1,13%.

**67**

Em 31/12/2023, uma sociedade empresária apresentou passivo a descoberto.

Em relação aos indicadores de estrutura de capital da sociedade empresária, assinale a afirmativa correta.

- (A) A composição das exigibilidades é maior do que 100%.
- (B) A composição do endividamento oneroso é menor do que 100%.
- (C) A composição das exigibilidades e a composição do endividamento oneroso são iguais.
- (D) A imobilização do patrimônio líquido é maior do que 100%
- (E) O endividamento geral é maior do que 100%.

**68**

Uma sociedade empresária foi constituída em 01/01/2024, com o intuito de vender, a partir de 01/02/2024, produtos de decoração para festas.

No mês de janeiro de 2024, aconteceram os seguintes fatos.

- Aumento de capital social em dinheiro: R\$ 40.000
- Pagamento de aluguel antecipado de sala comercial, que será utilizada em 2024: R\$ 10.000
- Compra de estoque para pagamento em 3 meses: R\$ 20.000
- Compra de ativos imobilizados para pagamento em 15 meses: R\$ 30.000
- Reconhecimento de despesas diversas, para pagamento no mês seguinte: R\$ 16.000.

Assinale a opção que indica a liquidez imediata da sociedade empresária em 31/01/2024.

- (A) 0,45.
- (B) 0,62.
- (C) 0,83.
- (D) 1,11.
- (E) 1,50.

**69**

Os fatos a seguir aconteceram em uma papelaria em 2023.

- Receita de venda de mercadoria: R\$200.000, sendo que 80% do valor foi recebido no ano e o restante deverá ser recebido em 2024.
- Custo das mercadorias vendidas: -R\$70.000.
- Reconhecimento e pagamento de despesas financeiras: -R\$15.000;
- Reconhecimento e pagamento de despesas comerciais: -R\$10.000;
- Reconhecimento e pagamento de despesas administrativas: -R\$30.000.

Após realizar a análise vertical da Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2023, foi constatado que o resultado operacional correspondia à seguinte porcentagem das receitas de vendas:

- (A) 21,88%.
- (B) 31,25%.
- (C) 37,50%.
- (D) 45,00%.
- (E) 65,00%.

**70**

Por meio da análise horizontal do balanço patrimonial de uma loja de roupas, um investidor constatou que, entre 31/12/2022 e 31/12/2023, o ativo circulante aumentou, enquanto o passivo permaneceu igual.

Assinale a opção que apresenta o fato que pode ter acontecido em 2023 e que justifica a variação do ativo.

- (A) O adiantamento de clientes por encomenda a ser entregue no ano seguinte, foi recebido.
- (B) Uma grande quantidade de estoque foi adquirida à vista.
- (C) Um empréstimo bancário de longo prazo foi obtido.
- (D) Os clientes que tinham comprado a prazo, em 2022, pagaram integralmente.
- (E) Uma maior quantidade de produtos foi vendida, com margem de lucro.

Realização

